CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 3643/90 - PROC. DEMP Nº 264/90
INTERESSADA : EEPG "ARTHUR RIBEIRO"/MIRANTE DO PARANAPANEMA
ASSUNTO : Convalidação de atos escolares - Matrícula em Curso
Supletivo sem idade legal.
RELATORA : Consª RAPAHELA CARROZZO SCARDUA
PARECER CEE Nº 766/90 APROVADO EM 19/09/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A direção da EEPG "Arthur Ribeiro", sediada na Rua Vital Brasil 815, em Teodoro Sampaio, jurisdicionada à DE de Mirante do Paranapanema, DRE de Presidente Prudente, solicita ao CEE a convalidação dos atos escolares dos alunos abaixo discriminados, no Curso de Suplência II e de Suplência em Nível de 2º Grau que, no início dos anos letivos de 1988 e 1989, foram matriculados em desacordo com a legislação vigente:

I - Suplência II

a) no 2º termo:

- Maria Aparecida Rosado da Silva, nascida em 03/01/71;
- Cláudio Pires de Almeida, nascido em 22.12.70;
- Iraci Izabel da Silva, nascida em 30.11.70;
- Maria Neusa Félix da Silva, nascida em 21.09.70;

b) no 3º termo:

- Jonas Barros dos Santos, nascido em 31.10.70;
- Álvaro Moraes da Cruz Júnior, nascido em 14.07.70;
- Damião Miguel da Silva, nascido em 14.11.70;
- Cosmo Miguel da Silva, nascido em 14.11.70.

II - Suplência em Nível de 2º Grau

a) no 1º termo:

- Dilvo de Oliveira, nascido em 10.09.69;
- Odnam Dias da Silva, nascido em 10.04.69.

b) no 2º termo:

- Jair Rodrigues de Lima, nascido em 18.08.69;
- Valmir Ferreira Ramos Benvindo, nascido em 20.11.69.

Pelas informações constantes nos autos verifica-se que os referidos alunos tiveram suas matrículas deferidas nos respectivo termos por ocasião das mesmas, e somente ao término do 2º semestre de 1989 na verificação dos prontuários dos alunos constatou-se a irregularidade ocorrida,

em total inobservância quanto ao disposto no artigo 2º da Deliberação CEE nº 22/86.

Alega a direção da Escola que além de desconhecer o Adendo ao Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus; tem excesso de trabalho para um número insuficiente de pessoal e despreparo de funcionários encarregados de matrícula no início dos semestres com falta de orientação por parte da mesma quanto às normas legais.

Nas fls. 31 e 32 a Supervisora de Ensino da DE de Mirante do Paranapanema esclarece que, conforme comprovam os "Termos de Visitas" deixados por supervisores responsáveis pela U.E., desde 1986 estão registradas ressalvas e alertas à direção da Escola quanto ao cumprimento do disposto na Del. CEE 22/86, no tocante à idade mínima legal para ingresso nos Cursos de Suplência (visitas realizadas em 4.7.86, 21.01.87, 10.09.87 e 02.08.89).

Em 29.09.89 a Supervisora responsável em visita à D.E. solicita a conferência rigorosa da idade dos alunos cursantes da Suplência II e de 2º Grau, tendo então a Secretaria constatado a irregularidade da matrícula de alguns alunos.

Em 11.10.89, por ocasião da visita da Supervisora substituta, foi solicitado à Secretaria esclarecimentos quanto à verificação da idade dos alunos e foi-lhe apresentada uma relação de alunos matriculados sem a idade mínima legal. A Supervisora, mediante a irregularidade constatada, solicitou da Assistência Técnica de Ensino Supletivo da DRE de Presidente Prudente orientação para a solução do caso, uma vez que os alunos já estavam alguns no último termo e outros já concluíram o Curso.

Em 23.10.89, conforme orientações recebidas da DRE de Presidente Prudente, a supervisão da DE tomou as providências necessárias para o encaminhamento do processo, visando a regularização da vida escolar dos referidos alunos uma vez que "constatamos que houve realmente falha administrativa da direção da Escola, atenuada pelo excesso de trabalho, escassez e despreparo do pessoal. No entanto, houve também, negligência por parte da direção em atender à solicitação do setor de supervisão no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor na exigência quanto à idade para matrícula. Deve ser levada em consideração, ainda, a rotatividade de supervisores e a mudança de Delegacia de Ensino na época. Em três anos, a Escola contou com visita de oito diferentes supervisores que alertaram a direção, sem contudo verificar junto à Secretaria concretamente as idades e houve mudança de jurisdição da Escola da DE de Presidente Venceslau para a DE de Mirante do Paranapanema."

A Sr^a Delegada de Ensino acolhe o parecer dos Srs. Supervisores de Ensino no sentido de convalidar a matrícula e os atos escolares praticados pelos alunos, embora reconhecendo que houve falhas e a direção da Escola deva ser seriamente advertida, encaminhado os autos à DRE de Presidente Prudente para apreciação e parecer.

A Assistência Técnica de Ensino Supletivo da DRE de Presidente Prudente em seu parecer faz um relato do assunto em apreço, manifestando-se favoravelmente à solicitação da direção da Escola e encaminha os autos à consideração do Sr. Diretor Regional de Ensino.

O Sr. Diretor Regional de Ensino determina providências visando apurar responsabilidades a respeito das irregularidades constatadas no referido processo e posteriormente encaminha os autos ao Conselho Estadual de Educação, através da CEI via Gabinete do Sr. Secretário da Educação.

2. APRECIÇÃO

Cuidam os autos de matrículas irregulares, ocorridas em Curso de Suplência II e de Suplência em Nível de 2º Grau, de alunos com idade inferior à exigida pelo Adendo ao Regimento Comum das Escolas Estaduais, aprovado pelo Parecer CEE nº 900/85, não-observadas em tempo hábil pelos órgãos superiores da SEE em cumprimento à Deliberação CEE nº 22/86.

De acordo com o artigo 169 do citado Parecer, o candidato à matrícula no Curso Supletivo, função Suplência II, deverá ter 18 anos completos ou a completar até o início das aulas do período letivo para ingresso no termo inicial e para ingresso nos termos subseqüentes ter a idade mínima estabelecida para o 1º termo, acrescida, de 6, 12 e 18 meses para os 2º, 3º e 4º termos respectivamente.

Em se tratando de Suplência ao Nível de 2º Grau, o artigo 170 determina que o candidato à matrícula para ingresso no termo deverá ter 19 anos completos ou a completar até o início das aulas do período letivo e para ingresso nos termos subseqüentes ter idade mínima de 20 anos para o 2º termo e 20 anos e meio para o 3º termo.

Considere-se que os alunos cursaram com freqüência e aproveitamento os respectivos termos, nos anos letivos de 1988 e 1989, e que não houve dolo ou má-fé por parte delas e da Escola, constatando-se somente falha administrativa de modo que os interessados não devem ser prejudicados.

3. CONCLUSÃO

a) Convalidam-se as matrículas, bem como os atos escolares praticados pelos alunos abaixo relacionados, nos respectivos cursos e termos assegurando-lhes o direito em prosseguir seus estudos, concluindo os cursos, mantidos pela EEPG "Arthur Ribeiro" da cidade de Teodoro Sampaio - DE de Mirante de Paranapanema - DRE de Presidente Prudente:

I - Suplência II

a) no 2º termo:

- Maria Aparecida Rosado da Silva
- Cláudio Pires de Almeida
- Iraci Izabel da Silva
- Maria Neusa Félix da Silva

b) no 3º termo:

- Jonas Barros dos Santos
- Álvaro Moraes da Cruz Júnior
- Damião Miguel da Silva
- Cosmo Miguel da Silva

II - Suplência em Nível de 2º Grau

a) no 1º termo:

- Dilvo de Oliveira
- Odnan Dias da Silva

b) no 2º termo

- Jair Rodrigues de Lima
- Valmir Ferreira Ramos Benvindo.

b) Advirta-se a EEPG "Arthur Ribeiro" da cidade de Teodoro Sampaio - DE de Mirante do Paranapanema - DRE de Presidente Prudente, pelas irregularidades cometidas.

Alerta-se a DRE de Presidente Prudente para a necessidade de cumprimento das normas estabelecidas pela Deliberação CEE nº 22/86 junto às DEs de Mirante do Paranapanema e Presidente Venceslau, ambas de sua jurisdição.

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de setembro de 1990

a) Cons^o João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente